



Centro de Artes, Humanidades e Letras
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

MEMORIAL DESCRITIVO
CARTILHA MUNICIPAL DE IMUNIZAÇÃO:
GESTÃO E PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE IMUNIZAÇÃO NO
ÂMBITO MUNICIPAL

Cachoeira
2015

MARUCIA PEREIRA SILVA DOS SANTOS

**MEMORIAL DESCRITIVO
CARTILHA MUNICIPAL DE IMUNIZAÇÃO:
GESTÃO E PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE IMUNIZAÇÃO NO
ÂMBITO MUNICIPAL**

Memorial Descritivo apresentado ao curso Superior Tecnológico em Gestão Pública, no Centro de Artes Humanidades e Letras, sob a orientação da Prof.^a Ivana Tavares Muricy, como requisito avaliativo do Trabalho de Conclusão de Curso.

Cachoeira
2015

CARTILHA MUNICIPAL DE IMUNIZAÇÃO: Gestão e Planejamento das ações de imunização no âmbito municipal.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em 21 de maio de 2015.

Ivana Tavares Muryci – Orientadora
Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Bahia.
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Heleni Duarte Dantas de Ávila - primeira avaliadora
Doutora em Saúde Pública pela Universidade Federal da Bahia.
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Lys Vinhares Dantas - segunda avaliadora
Doutora em Educação pela Universidade Federal de Bahia.
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por te renovado minhas forças a cada dia para superar todas as dificuldades e não foram poucas. Sendo Ele meu eterno porto seguro.

A esta universidade e seu corpo docente do curso Tecnológico em Gestão Pública por me proporcionar o conhecimento não apenas intelectual, mas de respeito e confiabilidade e por ofertar uma equipe que desempenha um excelente trabalho, tornando os discentes em profissionais verdadeiramente capacitados para atuação no nível superior.

Ao minha orientadora Ivana Muricy, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos, que foram fundamentais para o meu desempenho.

A minha mãe Balbina (in Memoria), que mesmo não estando mais presente fisicamente me acompanhou na mente e no coração todos os dias e tenho a certeza que estaria em plena festa neste momento de vitória.

A minha família que é sempre o alicerce de minhas construções, meus pequeninos Luiz Felipe e Milena (razão do meu viver), a minhas irmãs Elisangela e Daniela grandes parceiras para todas as horas, aos meus queridos sogros Augusto Cesar e Maria Helena que me deu grande apoio cuidando dos meus filhos nas noites de aulas, a meu companheiro Luiz Gustavo que nunca deixou que desistisse sempre acreditando em minha vitória.

A meus amigos e colegas de Universidade, que sempre me alimentavam com palavras positivas e aconchegantes em especial: Ana Lucia, Larissa Edson Trindade, Franci, Ana Márcia, Wanessa, Silvania, Shirlei, Júlia, Jota e a todos que fizeram parte de nossa turma.

Aos meus amigos e colegas de trabalho pelos escapes concedidos para alguns momentos de estudos muito valiosos.

E a todos que oravam por mim e que direta ou indiretamente contribuíram para minha formação. Meu muito Obrigado.

SANTOS, MARUCIA P. S, dos. Cartilha Municipal de Imunização: Gestão e Planejamento das Ações de Imunização no âmbito Municipal, 35p, 2015. Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública- Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2015.

RESUMO

Na tentativa de manter efetiva a política do Programa Nacional de Imunização (PNI), a Cartilha Municipal de Imunização foi formulada com o intuito de ser um instrumento informativo para os profissionais que atuam nas execuções das ações preconizadas pelo Programa. A cartilha faz uma síntese do Programa Nacional de Imunização (PNI), os órgãos e os atores envolvidos nesse processo e faz uma abordagem sobre o sistema de informação de imunização, ofertando ao leitor fontes de pesquisas para ampliação do conhecimento nesse campo de atuação, fato esse que é de suma importância para a manutenção da qualidade do serviço que se mantém por quatro décadas no Brasil, superando grandes desafios desde sua implementação até sua consolidação.

Palavras Chaves: Programa Municipal de Imunização; Ministério Público; Gestão Pública Municipal.

INTRODUÇÃO

A Cartilha Municipal de Imunização é um produto elaborado como parte das exigências do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do curso Superior Tecnológico em Gestão Pública da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, sob a orientação da professora Ivana Tavares Muricy.

A Cartilha faz uma abordagem acerca do Programa Nacional de Imunização (PNI), que é uma política pública consolidada em nosso país há quatro décadas. A proposta desta Cartilha é disseminar ainda mais as informações sobre o PNI e o processo de execução de suas ações com ênfase ao âmbito municipal.

Como um instrumento técnico informativo, a Cartilha destina-se principalmente aos profissionais que atuam direta ou indiretamente no processo de imunização tais como: Gestores, Coordenadores, Enfermeiros, Técnicos em Enfermagem (em geral são os vacinadores) e os Agentes Comunitários de Saúde que atuam nas Unidades de Saúde da Família. Para estes profissionais, a detenção do conhecimento sobre o contexto onde eles estão inseridos é fundamental para a manutenção do êxito do Programa.

O Ministério da Saúde é o órgão central do PNI e, junto com a Secretaria de Vigilância em Saúde e o Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis, lançam constantemente Manuais para as execuções das atividades de Imunização, porém por ser um instrumento mais técnico-operacional, geralmente são densos, munidos de informações específicas para quem atua diretamente na execução das atividades, dificultando, de certa maneira, o acesso por outros profissionais que atuam de forma indireta no mesmo processo.

Desde quando comecei a desenvolver as atividades na sala de vacinação, recebi treinamento e tinha uma coordenadora muito comprometida, o que fez despertar o interesse sobre o assunto. A cada nova introdução de vacina havia um treinamento e cada sala de vacina recebia informativo sobre o novo imunobiológico, geralmente informativos contendo dados de pesquisa de laboratório, reações adversas após a administração, técnicas e cuidados para uma administração segura, enfim, tudo que era necessário para uma execução de qualidade.

A ideia desse estudo surgiu da experiência profissional vivenciada, durante sete anos (2006- 2013), como vacinadora em uma Unidade de Saúde da Família, no município de Muritiba- BA, acompanhando de perto o efeito do Programa Nacional de Imunização (PNI) sobre a população contemplada, bem como os entraves para a efetiva realização das

atividades. É preconizado que os manuais fiquem nas salas de vacina, fato este que limita o acesso à informação para um determinado grupo que são os vacinadores, porém o saber na área de imunização é essencial que ocorra de forma abrangente por todos que estão envolvidos nesse contexto. A partir disto, a Cartilha caracteriza-se como uma fonte com maior objetividade e síntese dos saberes necessário à execução das ações de imunização. Uma peculiaridade pertinente no uso da cartilha consiste na possibilidade de universalizar as ações, independente do interstício de gestores e da categoria de profissionais, uma vez que possui uma linguagem simplificada e direciona a fontes de pesquisa quando essa se faz necessário.

OBJETIVO GERAL DA CARTILHA:

Apresentar o Programa Nacional de Imunização e seu processo de execução no âmbito municipal, servindo como um instrumento informativo, de modo a contribuir para a efetivação e a consolidação do Programa, mantendo a qualidade da gestão e da atenção à saúde preventiva.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Delinear o Programa Nacional de Imunização e os principais atores envolvidos na execução das atividades nele propostos; descrever as ações desenvolvidas para realização das atividades de Imunização no âmbito municipal; apresentar a dinâmica de distribuição dos Imunobiológicos para os municípios e as Unidades de Saúde da Família (USF).

Metodologia

Para a construção da Cartilha foram realizados estudos sobre o contexto histórico do PNI com base em livros, artigos acadêmicos relacionados à imunização no Brasil e ao PNI, tendo como principais autores:

Temporão (2003) em um artigo titulado “O Programa Nacional de Imunização (PNI): origens e desenvolvimento” em que faz uma abordagem sobre os aspectos centrais envolvidos na trajetória do programa em suas relações com dinâmica das políticas setoriais. É um texto rico em informações que descreve todo cenário político e social vivido no momento da origem do Programa. Já Benchimol (2001) em seu artigo “Febre Amarela e a Revolução Pasteuriana no Brasil”, faz uma abordagem com termos semelhantes à ideia apresentada por

Temporão, porém em contexto distinto. Hochaman (2011), em “Vacinação, varíola e uma cultura da imunização no Brasil”, por sua vez apresenta em seu artigo uma discussão sobre o estabelecimento de uma “cultura de imunização” no Brasil Contemporâneo a partir da erradicação da varíola, descrevendo as resistências à vacinação e a configuração de novas políticas sobre o papel da imunização. Campinas (2013), no texto “O Papel Desenvolvido pelas Propagandas na Formação de um Ideário Benéfico sobre Imunização”, discorre sobre o papel das propagandas como um ideário benéfico sobre a imunização. É um texto muito interessante que apresenta várias ilustrações de campanhas publicitárias enriquecendo, ainda mais, as informações ali expostas. Domingues (2013), em seu artigo “Estudo descritivo ecológico sobre coberturas vacinais e doenças imunopreveníveis no Brasil,” apresenta um estudo descritivo com base em dados do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização (SI-PNI) referente ao período de 2002 a 2012, para calcular os indicadores de cobertura vacinal, proporção de abandono e homogeneidade de cobertura vacinais. Além do estudo desses autores, também foi realizada análise de dados secundários produzidos pelo Ministério da Saúde, através do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização (SIAPNI), acessado no site eletrônico (<http://pni.datasus.gov.br>). Nesse momento da pesquisa surgiram algumas dificuldades, pois algumas páginas do sistema não podem ser exploradas devido ao acesso restrito aos coordenadores de Imunização. Por fim, foi realizada uma análise documental dos Manuais técnicos operacionais produzidos pelo Ministério da Saúde. Estudo este que foi de suma relevância, pois os manuais trazem normas técnicas de toda operacionalização na imunização, são bem detalhados descrevendo os imunobiológicos e a forma de administração. Os manuais são específicos (por temáticas) como por exemplo: Manual de Eventos Adversos Pós vacina, Manual de Normas Técnicas e Procedimento de Vacinação e Manual de Referência de Imunobiológicos Especiais. Esses foram os recursos utilizados para a construção da cartilha.

CONTEÚDO DA CARTILHA

A Cartilha é iniciada com uma breve apresentação que descreve os objetivos da cartilha e para quem ela se destina, abordando a pretensão desse instrumento. Posteriormente, apresenta-se uma introdução pontuando o início do PNI em nosso país e os avanços ocorridos nessa trajetória. Em seguida, faz uma síntese do contexto histórico, destacando a evolução do Programa e sua importância que, com estratégias exitosas, tornou o PNI uma referência

internacional. Aborda os órgãos e os atores envolvidos no processo tais como: Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, Vigilância Epidemiológica, Unidades de Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde. É importante ressaltar que os Agentes Comunitários são os profissionais que fazem o elo entre as Unidades de Saúde e a população a ser contemplada pelo Programa e por isso, deve estar inserido nesse contexto. Na sequência é apresentado um breve organograma que sintetiza a estrutura organizacional do PNI, facilitando uma visão hierárquica do processo.

Depois é descrito o Aspecto Técnico que aborda a parte operacional, como os critérios para as escolhas das vacinas, o número de salas de vacinas que existem até o momento do estudo e apresenta os Manuais utilizados nas salas de vacinas com uma sucinta definição. Logo a seguir, apresenta-se o Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização (SI-PNI), que é a parte mais complexa da cartilha, por conter termos técnicos importantes para a compreensão e operacionalização do sistema. Este item contém algumas imagens das páginas virtuais que são apresentadas no intuito de facilitar o entendimento, porém, é necessário o uso de uma linguagem mais técnica, devido à própria particularidade do Sistema que requer conhecimento e habilidade para que os dados lançados no sistema tenham validade, pois é através dos dados coletados no sistema que se produzem os indicadores de imunização e uma informação incorreta pode levar o município a conclusões inadequadas sobre as condições de saúde do município.

Em seguida, apresenta-se alguns dos questionamentos mais comuns sobre o PNI, com suas respectivas respostas. Para finalizar é feita uma consideração acerca da importância de manter a qualidade que o Programa vem demonstrando até o momento.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Programa Nacional de Imunização tem uma trajetória de superação como foi percebido nos diversos estudos realizados para a elaboração da Cartilha. No texto de Campinas (2013), a autora faz uma abordagem do período entre a transição do século XIX e XX, em que o Brasil apresentava condições bastante precárias de saneamento básico, mais precisamente, no Rio de Janeiro, com alto índice de doenças, como febre amarela, varíola, tuberculose e peste (Hanseníase), proveniente das condições em que vivia a maior parte da população. No cenário do Rio de Janeiro havia grandes conflitos sociais e é nesse momento que foi implementada a vacinação obrigatória, já que essa situação afetava as condições econômicas

do país. Então os governantes utilizaram como estratégia a vacinação para redução das doenças contagiosas, de forma autoritária e violenta. É nesse contexto que ocorre a “Revolta da Vacina” e, para contornar a situação em que foi iniciado o processo de vacinação no Brasil, foram criadas, como uma forma de divulgar a ideia contrária à vacinação obrigatória, as caricaturas e as charges, buscando apresentar uma imagem positiva da vacinação. Figuras essas que com o passar dos anos foram evoluindo até chegar na figura do “Zé Gotinha”, que é hoje o símbolo Nacional da Vacinação. Estes fatos dão início a todo o processo de formação da Política Nacional de Imunização.

A história da imunização começa a ter ênfase em 1973, com o término da campanha de erradicação da varíola, fato esse que levou o Brasil à certificação pela Organização Mundial da Saúde (OMS). E assim iniciou essa trajetória que é citada por vários autores, a exemplo de Hochman (2011):

A partir da campanha pela erradicação da varíola, o Brasil passa a desenvolver uma “cultura de imunização”, que solidificou-se e pode ser expressa pelos índices de aceitação da população à vacina que ainda encontram-se altos. (HOCHMAN, 2011, pag. 376).

A criação do Programa Nacional de Imunização (PNI) ocorre no mesmo ano da erradicação da varíola em 1973 e significa uma nova fase das políticas públicas de saúde. Sobre esse contexto, Temporão destaca que:

Os anos 70, década de contrastes e de enfrentamento de múltiplos modelos e projetos no campo da saúde pública foram determinantes na atual configuração do sistema de saúde brasileiro. Foi um tempo de introdução de propostas nacionalizadoras, do planejamento enquanto instrumento do desenvolvimento de políticas públicas, o surgimento de iniciativas que propugnavam a universalização dos cuidados em saúde e da estruturação de um novo campo de saber e práticas, o denominado movimento sanitário brasileiro. (TEMPORÃO, 2002, p.102)

A sistematização de normas técnicas sobre armazenagem e distribuição de vacinas, a elaboração do Manual de Vigilância Epidemiológica, a implementação de vigilância de doenças e a elaboração de informações técnicas nos Boletins Epidemiológicos, foram estratégias que contribuíram para a consolidação do PNI, sendo que elas fazem parte conceitual do Programa Nacional de Vacina, como podemos perceber em Benchmol:

Seria preciso estender as vacinações às áreas rurais, aperfeiçoar a vigilância epidemiológica em todo o território nacional, capacitar laboratórios oficiais

para respaldarem com diagnóstico, instituir pelo menos um laboratório nacional de referência para o controle de qualidade das vacinas, racionalizar sua aquisição e distribuição e uniformizar as técnicas de administração ... além de promover a educação em saúde para aumentar a receptividade da população aos programas de vacinação. (BENCHMOL, 2001, p. 320).

Desenvolver as atividades diárias de sala de vacina requer muita responsabilidade e dedicação, principalmente neste momento que está sendo implementado o sistema de informatização (SI-PNI), que é o sistema de informatização do PNI. Este sistema já existe, porém seu acesso em algumas regiões por diversos motivos, como: fator geográfico, socioeconômico dentre outros, era restrito só aos coordenadores, mas está sendo ampliado para que alcance todas as salas de vacinas. Até o momento da pesquisa, existe um total de 34 mil salas distribuídas em todo país.

Em 2012, o Ministério da saúde, por meio da portaria 2.336/2012, fomentou a estruturação das salas de vacinas com aporte de recursos financeiros para aquisição de equipamentos de informática a serem instalados nas salas de vacina.

Os desafios para a manutenção do Programa são muitos como, por exemplo: fornecer de maneira oportuna os novos imunobiológicos, acompanhando a constante ampliação do Calendário vacinal e a inclusão de novos públicos-alvo; manter a promoção de capacitação dos técnicos na velocidade que se faz necessário; considerar as diversidades culturais e geográficas para o alcance das coberturas vacinais; ampliar a adesão da população para a vacinação de rotina; buscar fortalecer as relações entre gestores, sociedade científica e civil para a manutenção do processo de imunização e manter o quadro de mudanças positivas no perfil epidemiológico de doenças que podem ser prevenidas por vacinas, assim como esses fatores existem uma complexidade para assegurar a manutenção do PNI, nessa lógica a Cartilha Municipal de Imunização foi formulada como um instrumento facilitador para as práticas das ações de imunização. Ação para capacitação de profissionais que atuam na Imunização é constante e projeta um resultado inegável, como se pode perceber na citação abaixo:

A adoção de estratégias diferenciadas de vacinação, a capacidade do Programa em mobilizar a população para adesão à vacinação nas grandes campanhas realizadas nos últimos 40 anos, o crescente aumento das salas de vacinação de rotina, além dos avanços no Sistema de Informatização do Programa Nacional de Imunização (SI-PNI) sobre vacinados no país, entre outras ações, tornam o PNI um exemplo de política pública bem-sucedida. (DOMINGUES, 2012, p. 57).

A presença do PNI possibilitou a manutenção da aquisição centralizada de vacinas, constituindo importante instrumento para a promoção da equidade, possibilitando que os municípios mais pobres cumpram exatamente o mesmo calendário vacinal que os municípios mais ricos. A partir daí nota-se a importância de conhecer as estratégias que envolvem os gestores do município e os órgãos responsáveis pela manutenção do programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da cartilha foi uma experiência única e satisfatória, pois mergulhar nesse contexto histórico que envolve o PNI e as trajetórias de suas ações, foi muito enriquecedor, além de despertar um sentimento de orgulho por ter feito parte desse processo por um determinado tempo. Descobri que os desafios a serem enfrentados pelo PNI ainda são muitos e como futura Gestora vejo a possibilidade de enfrentar partes desses desafios a fim de manter consolidada essa política. Espero ter produzido com a Cartilha algo que venha a somar de forma positiva à gestão municipal e valorizar ainda mais o Programa Nacional de Imunização.

Com a pretensão de fazer com que a Cartilha seja utilizadas pelos municípios, farei a princípio a apresentação deste instrumento à Secretaria Municipal de Cruz das Almas e de Muritiba, onde tenho vínculo como servidora. Apresentarei também a alguns Coordenadores de Unidades de Saúde da Família, que tenho contato pessoal, com o intuito que esses sejam intermediários e multiplicadores dessa ideia, para o alcance de outras Secretarias em municípios distintos.

REFERÊNCIAS:

BENCHIMOL, J. L., 2001. Dos Micróbios aos Mosquitos. **Febre Amarela e a Revolução Pasteuriana no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Editora UFRJ. , p. 320.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Manual dos centros de referência para imunobiológicos especiais**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Manual de vigilância epidemiológica de eventos adversos pós-vacinação**.–Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. **Portaria nº 2.363, de 18 de outubro de 2012**. Institui repasse financeiro do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, por meio do Piso variável de Vigilância e Promoção da Saúde, para fomento na implementação do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização. Diário Oficial da União, Brasília, p.34, 19 de outubro 2012. Seção 1.

CAMPINAS, Patrícia Beatriz, S. L. **O Papel Desenvolvido pelas Propagandas na Formação de um Ideário Benefício sobre Imunização: Da revolta ao Zé Gotinha**, trabalho apresentado no DT 02- Publicidade e Propaganda do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de junho de 2013. P. 1-15.

DOMINGUES CMAS, Teixeira M.A.S. **Estudo descritivo ecológico sobre coberturas Vacinais e doenças imunopreveníveis no Brasil, no período de 1982 – 2012: avanços e desafios do Programa Nacional de Imunização**. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v.22(1), p7-25, 2013.

HOCHMAN, Gilberto. **Vacinação, varíola e uma cultura da imunização no Brasil**. Ciência & Saúde Coletiva, vol. 16, núm. 2, 2011, p. 375-386, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva Brasil

TEMPORÃO, J. G.O **Programa Nacional de Imunizações (PNI):Origens e desenvolvimento**. História, Ciências. Saúde. Manguinhos. 2003; 10 Suppl 2 p.601-617. Acessado em 02/03/2015. Disponível em <http://www.sielo.br/pdf/hcsm/v10s2/a08.pdf>.